



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil  
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013  
ISSN 1982-3657



## **A ESCOLA, O PROFESSOR E AS PRÁTICAS ESCOLARES: ENTRE CONSENSOS E CONFLITOS**

Claudia de Medeiros Lima[1]

Márcio Santos Lima[2]

### **EIXO 11- Educação, Sociedade e Práticas Educativas**

**Resumo:** Este artigo pretende discutir as práticas escolares como resultado da transmissão, conservação e propagação cultural. A pesquisa qualitativa e bibliográfica realiza um recorte entre o período colonial e a primeira república, onde são analisados os consensos e conflitos que permearam o movimento educacional do país. Na tentativa de esclarecer a imbricação entre política e educação são trazidas questões que influenciaram a rotina, as práticas escolares e seus instrumentos; o delineamento profissional docente, como resultado dos protagonistas que estiveram à frente dos Sistemas e Movimentos de Educação. A escrita deste trabalho busca contemplar as perspectivas: histórica, política e econômica dos períodos pesquisados.

**Palavras-chave:** Educação; Cultura; Escolanovismo; Consenso e conflito.

**Resumen:** Este artículo tiene la intención de discutir las prácticas escolares como consecuencia de la transmisión, el almacenamiento y la difusión de la cultura. La investigación y la literatura cualitativa realiza un recorte de la época colonial y la Primera República, que analiza el consenso y el conflicto que impregnó el movimiento educativo en el país. En un intento de aclarar la superposición entre la política y la educación son llevados cuestiones que influyeron en las prácticas escolares de rutina y sus instrumentos, el diseño de la enseñanza profesional como resultado de los protagonistas que estuvieron por delante de los sistemas y el movimiento de la educación. La redacción de este trabajo trata de abordar los puntos de vista: periodos históricos, políticos y económicos encuestados.

**Palabras clave:** Educación, Cultura, escolanovismo; Consenso y conflicto.

### **Introdução**

Este artigo pretende discutir as práticas escolares como resultado da transmissão, conservação e propagação cultural, caracterizando o espaço "escola" e seus protagonistas "professores e alunos" por entre os consensos e conflitos do processo histórico brasileiro, mais precisamente no período da colônia à primeira república. Como metodologia adota-se a pesquisa qualitativa e bibliográfica, utilizando, sobretudo, obras de natureza historiográfica.

A princípio é preciso esclarecer que o conceito de educação[3] e cultura[4], aqui escolhidos são de natureza complementar, ou seja, a educação, segundo Forquin (1993) tem a função de conservação e transmissão cultural, entretanto, destaca seu caráter não homogeneizador, afirmando que ela transmite, apenas, elementos de dada cultura e não toda cultura da sociedade. Se a escola transmite elementos de determinada cultura, quais seriam esses elementos, quem os escolhe e qual a utilidade deles A escola é um órgão passivo diante da cultura

Da colônia à primeira república vivenciam-se muitos entraves políticos, econômicos, onde se manifestam interesses de grupos diferentes. A Igreja e o Estado sempre influenciadores na regulação da sociedade, apesar de se manifestarem publicamente contrários, em dado momento, cumprem seus papéis entre conflitos e consensos. A educação como movimento político social caminha entre diferentes esferas e reflete, preponderantemente, os interesses e ideais do grupo em exercício no poder.

A escola, a rotina e as práticas escolares operam na transmissão e conservação cultural, mas não se encontra em estado letárgico, de modo que também exerce sua influência no modo social. As mudanças e transformações propostas para a instituição escolar, em sua grande maioria, sugerem uma ruptura com o passado e apontam para um futuro renovador, mas que se apresentam com os mesmos resultados. Prevalece o consenso; a busca harmoniosa e busca pela convivência pacífica entre grupos, que se apresentam, muitas vezes, "apolíticos", mas transvertidos sob diferentes roupagens.

### **A Educação e a regulação social**

O Brasil no período colonial tem os padres jesuítas como os únicos responsáveis pelo sistema educacional do país, isso perdura por mais de dois séculos. Preponderantemente os costumes e valores cristãos regem a rotina escolar, pautada no temor a Deus, princípio da autoridade, a obediência é atribuída aos padres que assumem as classes escolares. O consenso em torno da formação social e cultural da colônia era o ideal de propagação da cultura portuguesa, branca, cristã e monárquica, que cumpre seu papel ao impingir a expansão comercial da burguesia de Portugal e esboçar a unidade política através da fé e da consciência para conformar a dependência dos colonos à coroa.

A colônia de economia agrária e escravocrata também era palco de disputas internas entre colonos, senhores de engenho, escravos e indígenas. Nesse cenário de conflito, acrescentem-se, inclusive, as adversidades naturais, é que os padres missionários, segundo Aranha (1996) desenvolveram as primeiras escolas para os filhos dos índios e dos colonos. Para os primeiros aplica-se a cristianização para pacificá-los em prol do trabalho braçal e para os segundos, a escola elementar de ler e escrever. Segundo a autora no século XVI os jesuítas conseguem montar a estrutura de três cursos: humanidades com o ensino de latim e gramática para brancos e mamelucos e "Em alguns colégios, como o de Todos os Santos, na Bahia, e o de São Sebastião no Rio de Janeiro, são oferecidos também os outros dois, de artes e de teologia, já de grau superior." (Aranha, 1996, p. 101)

É importante pontuar a importância dos jesuítas para o desenvolvimento do sistema de ensino do Brasil não só no período colonial, pois a influência da estrutura criada por estes padres perdura até os dias atuais. Para o autor Fernando de Azevedo, "Nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico [...] cujos colégios e seminários foram, na Colônia, os grandes focos de irradiação de cultura." O trabalho em prol do consenso político e cultural desenvolvido pela Companhia de Jesus era recompensado com grandes doações de terras pelo rei de Portugal, o que aumentou sobremaneira o poder e a influência dos padres, gerando conflitos ainda maiores.

Esses conflitos do período colonial são negligenciados por Fernando de Azevedo que segundo Toledo, enquadra os jesuítas em um período orgânico e lhes dá o caráter de formadores, "conseguem manter a unidade cultural brasileira, na pluralidade de culturas e na diversidade do território nacional." (1995, p. 129). Esse argumento do autor intenciona a criação da dicotomia entre os "tradicionais e reformadores", fortalecendo seus posicionamentos políticos pessoais e de seu grupo, enquanto arautos de um novo

modelo de educação e de escola.

Aos jesuítas o caráter romântico e desinteressado de abnegação, dedicação e de manutenção da unidade cultural. Às reformas pombalinas, período que sucedeu a expulsão dos padres da Companhia de Jesus em 1759, o caráter de desorganização e decadência de um sistema de ensino, que se manteve a custo de aulas fragmentadas e sem sistematização. As considerações *azevedianas* procuram caracterizar o período pombalino como um hiato na educação nacional, um período histórico que desmantela os trabalhos desenvolvidos pelos padres e que sequer merece uma análise. Na contramão desse pensamento o autor Oliveira (2010) realiza um estudo que revela a legislação pombalina como tentativa de construção da cultura e identidade nacional.

No século XVIII a ideia de progresso e civilização européia torna-se um modelo ideal a ser alcançado, Portugal ainda arraigado aos costumes morais e cristãos medievais se vê atrasado econômico, político e culturalmente, sendo os jesuítas responsabilizados pelo tal "atraso". O professor, Oliveira (2010), contudo, afirma que esse anti-jesuitismo tem caráter mais político e econômico, que propriamente ideológico. Como os padres haviam sido beneficiados com generosas porções de terra, detinham grande parte da riqueza do país, além de se constituírem como grandes autoridades políticas no território. Isso ameaçava o domínio real português, que encontrou em Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, um idealista para realizar as reformas e colocar Portugal na "rota do progresso".

As reformas retiraram o poder dos jesuítas, sem, contudo, desvincular o estado da igreja católica e fortaleceram a língua portuguesa em busca da identidade nacional. Em defesa de Portugal, Pombal realizou mudanças estruturais na educação, quando colocou-a a cargo do estado e institucionalizou a profissão docente, realizando concursos públicos, subordinando os professores ao estado e lhes dando status social, a esses Azevedo (1996) atribui o rótulo de "mestres improvisados". A educação passa a ser uma razão de estado, viabilizada pela escola, que encontra na ideia de nação a substituição da religião. É evidente a influência política, econômica e cultural do paradigma modernista na educação. Inclusive, a própria utilização da gramática ganha conotação utilitária e a aprendizagem busca o prazer, em detrimento aos castigos corporais de outrora.

O destaque na busca pela modernidade portuguesa é a associação do estado à fé católica, que apesar de demonizar os jesuítas e sua concepção "retrógrada" de educação, perpetua valores e costumes cristãos. Novamente surgem os conflitos de interesses, como já pontuado acima, de aspecto mais político e econômico que propriamente pedagógico ou ideológico, que pautam no consenso de identidade e unidade nacional, as práticas escolares e propagação de parte da cultura de determinado grupo e seus interesses. Para Forquin (1993), a educação escolar além de selecionar saberes e materiais culturais, se responsabiliza pela reorganização, reestruturação e transposição didática.

A modernidade de crescente industrialização, urbanização e valorização da ciência, contrapondo o modelo agrário e domínio da igreja torna-se elementos fundamentais para a visão simplista da luta entre católicos e reformadores, amplamente divulgada por um dos principais expoentes do movimento escolanovista no país, Fernando de Azevedo, obscurece parte da história da educação brasileira. Desconstruindo as cristalizações acerca do movimento, autores consagrados organizaram uma outra historiografia que foge aos ditames *azevedianos*. A obra de Clarice Nunes (2000), por exemplo, apesar de apontar um princípio comum no movimento, a escola pública, gratuita e laica com foco no aluno, descaracteriza o escolanovismo como um movimento de puro consenso entre seus protagonistas, diferindo, inclusive em princípios epistemológicos.

Nunes traz um Anísio pautado na concepção *deweyana* de democracia e mudança social alicerçada na criança, desenvolvida, sobretudo, na escola. A reforma da instrução pública do Distrito Federal, elaborada por Teixeira aproxima cultura e trabalho de forma a suprimir as barreiras sociais. Destaca-se nesta a profissionalização docente de cultura pedagógica valorizada, para Nunes (2000) essa cultura correspondem à teoria, prática e ética que constroem a identidade e visão de mundo do profissional

docente.

Já a obra de Marta Carvalho (1998) analisa as propostas educacionais discutidas na Associação Brasileira de Educação- ABE[5] pontuando os aspectos políticos que intencionavam a unidade e o controle social, revelando o conservadorismo aplicado sob forma ou fôrma, como caracteriza a autora, da moral e do civismo. A educação fundamentada em saúde, moral e trabalho revelou-se instrumento de moldagem e controle do povo, que Carvalho afirma corresponder à conexão entre mudança social e mudança educacional. Neste sentido “[...] novos métodos, técnicas e modelos educacionais, tomando a fábrica como paradigma da escola e da sociedade.” (Idem, ibidem, p.27).

Reconhecendo o pensamento sobre a influência dos fatores políticos e culturais nos aspectos estruturais e institucionais da educação, o autor, Williams, sustenta

“[...] que toda educação realiza uma combinação particular de ênfases sobre algumas coisas e de omissões de algumas outras coisas [...] esta seleção operada no interior da cultura, para e pelo ensino, corresponde a princípios e a escolhas culturais fundamentais, ligadas, aliás, às escolhas sociais que governam a organização prática do sistema educativo.” (apud Forquin, 1993)

O livro de Diana Vital (2001) chama a atenção para o processo de formação docente no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na descrição minuciosa que faz da rotina e práticas escolares tece aproximações e distanciamentos entre os *escolanovistas*, principalmente entre Anísio Teixeira e Lourenço Filho que estiveram à frente da instituição. Nesta destaca-se a formação docente, baseada no pragmatismo, partindo da valorização da experiência como princípio de aprendizagem. O sistema escolar do instituto carioca possibilitou grandes avanços na formação docente e discente, as experimentações; o incentivo à prática da leitura; o apoio à pesquisa foram aspectos que muito contribuíram para a valorização e profissionalização da carreira do magistério.

Não obstante as diferenças entre os pensadores do movimento, percebe-se que sob o discurso de manutenção da qualidade escolar, o Instituto do Rio de Janeiro alinha-se à política consensual do estado moderno. A rotina de avaliações, as constantes supervisões e excessiva vigilância acabaram mostrando a imposição vertical do controle e da disciplina. “Procurava-se disciplinar a conduta da professoranda, tanto na aplicação de métodos de ensino, quanto no controle dos movimentos do corpo.” (Vidal, 2001, p.137).

Na mesma ótica de desconstrução da história da educação com seus “herois e vilões”, a autora Zaia Brandão analisa o “pioneiro da educação”, Paschoal Lemme e aponta uma postura que contraria os posicionamentos apolíticos dos outros pioneiros. Ao discutir a *intelligentsia*, Brandão associa o homem intelectual à ação política coletiva. A autora se propõe a compreender o movimento de democratização da educação e traz a figura de Lemme como um expoente que trabalhara em duas frentes distintas:

“pela democratização da educação, com os pioneiros e pela democratização da sociedade, com o PCB. Desde que compreendera os limites da escola na transformação social, tornou-se cético a respeito das potencialidades sociais das reformas educacionais.” (Brandão, 1999, p.15)

Em sua escrita, a autora revela que a tentativa de fugir do caráter político da educação fez com que os intelectuais do *escolanovismo*, a exceção de Lemme, afastassem-se da sociedade e se deixassem absorver pelo Estado, atribuindo o fracasso dos ideais revolucionários do movimento a este comportamento. Para Paschoal Lemme à escola não cabia o papel redentor da sociedade, e se esta pretendesse a democracia necessitaria de uma sociedade democrática e não o inverso.

Para Forquin, a escola mantém seu caráter conservador e responsável pela transmissão da cultura e abre a possibilidade de que sejam aquisições essenciais, os elementos universais difundidos na instituição:

“A denúncia da separação entre o mundo da escola e a “escola do mundo” tornou-se um

clichê das ideologias pedagógicas “inovadoras” contemporâneas”. [...] Nisto a escola estará sempre exposta aos ataques inspirados pela ideologia romântica da originalidade, da individualidade e da novidade. A escola não é inimiga da verdadeira novidade, mas ela não partilha da obsessão pelo atual, do gosto pelo efêmero e do culto das aparências. “(1993, p, 170)

## Considerações

A escola surge como instrumento de integração social a partir da conservação e transmissão de cultura, organizada por um grupo dominante e imposta para outros grupos que não fazem parte da elite. Essa elite e seu domínio não se caracterizam exclusivamente pela detenção do poder econômico, mas do político e ideológico. É importante destacar, contudo, que o povo, assim como a escola, não são elementos passivos nesse processo. Existe uma dinâmica, onde a escola atua como conservadora e transmissora de dada cultura, mas que também produz uma cultura própria que, por conseguinte, interfere socialmente.

Diante dos conflitos políticos, econômicos, ideológicos e culturais, de grupos e seus interesses, expostos nesse trabalho, que compreendeu até o limite da primeira república, observa-se a busca constante pelo consenso, pela harmonia, que parece ser condição para manutenção da escola na configuração em que está posta. Isso não significa dizer que existe homogeneidade entre os grupos e seus ideais, porém, reconhecem-se as contribuições deixadas pelos mesmos nos diferentes períodos históricos, registrando os embates dos protagonistas que os coloca na categoria de humanos que são, longe dos títulos romantizados de “vilões” ou “heróis”.

Esses títulos, muitas vezes, são atribuídos por grupos que se colocam em posição de rivalidade, como estratégia política, para, supostamente apresentar “o novo” como proposta redentora e de superação do “velho”. Como se a história e a cultura fossem estáticas e para se reinventar ou reconstruir precisasse partir do zero, desconstruindo memórias, práticas, técnicas e instrumentos.

Não se pode negar que os sistemas e projetos de educação intencionaram atingir os objetivos de seus entes políticos, associados ao paradigma econômico do período. Assim como, também, apresentam-se a Igreja e o Estado como reguladores sociais, influenciando nas políticas de educação, na formação do professor, nas práticas escolares e, sobretudo, no currículo escolar, de forma a atender a pressupostos ideológicos e interesses sociais dos grupos que se constituem dominantes no momento.

Isso manifesta a íntima relação entre política e educação, a primeira como viabilizadora da vida social e gerenciadora de conflitos, a segunda como razão do estado e mantenedora da identidade de uma nação.

Diante das considerações não se descarta outras possibilidades de se pensar política, estado, educação, sociedade, escola e cultura. As análises realizadas estão situadas no contexto histórico em que se aplicam e dizem respeito a determinado ponto de vista. As mudanças nas categorias, assim como, outros vieses teóricos podem sugerir outras realidades, outras verdades.

## Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: **A cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da cultura. 6ª. ed. Brasília: Editora UNB, 1996.

BRANDÃO, Zaia. **A Intelligentsia educacional**: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista-SP, EDUSF, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto

da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista-SP, EDUSF, 1998.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura**: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. ARTMED: Porto Alegre, 1993.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista, São Paulo, EDUSF, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Maceió: EDUFAL, 2010.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira** ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura. 1995. 173f. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia da Educação - PUC, São Paulo.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista-SP, EDUSF, 2001.

---

[1] Mestranda em Educação Pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Psicopedagogia pela UCSAL. Pedagoga pela UFBA. Atualmente é Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa: Economia e Desenvolvimento, na linha de pesquisa Educação e Desenvolvimento (CNPq/IFS). Email: clamed.lima@hotmail.com

[2] Professor da Educação Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA. Mestre em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2012), na linha de pesquisa História da Arte Brasileira. É especializado em Docência do Ensino Superior (2010) e Licenciado em Desenho e Plásticas pela UFBA (2003). Membro do Grupo de Pesquisa: Urbanismo e sustentabilidade. Email: desenho.lima@gmail.com.

[3] “[...] conjunto dos processos e dos procedimentos que permitem à criança humana chegar ao estado de cultura, a cultura sendo o que distingue o homem do animal.” (Reboul, Olivier *apud* Forquin, 1993, p.12)

[4] “[...] patrimônio de conhecimentos e competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular, definida de modo mais ou menos amplo e mais ou menos exclusivo.” (Forquin, 1993, p. 12)

[5] ABE- Associação Brasileira de Educação- Marta Carvalho define-a como uma das instâncias de produção de propostas de intervenção social que produzem objetos da intervenção e suas técnicas. (1998, p. 38)